



Jovens à margem: análise sociológica de um Centro Educativo

Joana Marteleira*

I. Introdução

A criminalidade enquanto problema social, e particularmente, a criminalidade entre os jovens, tem vindo a ser alvo de um processo de mediatização e politização por parte de vários actores sociais. É frequente ouvirmos falar cada vez mais em *gangs* juvenis e no insucesso das instituições responsáveis pela ressocialização destes menores. Perante tal, foram recentemente accionadas novas medidas legislativas, como é o caso da nova Lei Tutelar Educativa de 2001, cuja matriz fundamental consiste na distinção entre a criança vítima e a criança infractora.¹

Esta comunicação tem como base um trabalho de investigação onde se pretendeu analisar um Centro Educativo de jovens delinquentes². Dum ponto de vista sociológico, esta

* Licenciada em Sociologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Mestranda em Sociologia do Crime, Violência e Segurança Interna na mesma faculdade e Investigadora no Socinova- Gabinete de Investigação em Sociologia Aplicada, Departamento de Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

¹ Até 2001, tanto os jovens em risco como os jovens agentes de factos qualificados como infracção penal eram internados nas mesmas instituições tutelares. Muitas vezes, ao invés de concretizarem mudanças nos indivíduos de forma a inseri-los na sociedade, estas instituições funcionavam como *escolas de aprendizagem criminosa*, no sentido em que era no interior da própria instituição e junto dos outros menores internados, que o jovem tomava contacto pela primeira vez com o mundo do crime.

² Marteleira, Joana (2002). *Análise de um Colégio de Reinserção Social com base no conceito de Instituição Total de Erving Goffman*. Seminário de Investigação: Departamento de Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

Instituição e o processo de reinserção social por esta desenvolvido, é analisada à luz do conceito de Instituição Total proposto por Erving Goffman. A escolha deste conceito deveu-se ao facto do mesmo ser representativo de todo um conjunto de características que podem ser facilmente encontradas na Instituição em análise: o processo de *mortificação do eu*, o grau de isolamento relativamente ao exterior, o processo de estigmatização, a interacção social desenvolvida, o accionamento de ajustamentos secundários e o sistema de vigilância em vigor.

A estratégia de investigação seleccionada consistiu na observação participante e na aplicação de entrevistas semi-directivas, pois este método pareceu ser aquele que melhor permitiria captar comportamentos, discursos e acontecimentos que não fossem socialmente *encenados*.

II. O Centro Educativo enquanto Instituição Total

Segundo Erving Goffman, podemos definir uma Instituição Total como “...um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada.”(Goffman, 1999:11). Este autor define ainda quais as principais características de uma Instituição Total:

- O seu carácter total, pois, o internado vive o seu quotidiano dentro de um mesmo espaço, sob uma mesma autoridade; enquanto que, quando no exterior, a vida diária era desenvolvida em diferentes locais, enquadrados por padrões normativos distintos. A Instituição aqui em análise partilha esta característica, visto estarem os menores concentrados num único espaço, sob a vigilância dos monitores, e no qual executam todas as suas tarefas diárias.

- O seu aspecto segregativo, pois a Instituição ao privar o internado do contacto com o exterior, impõe, paralelamente, no seu interior, uma divisão básica entre um grupo controlado (os internados) e um grupo controlador (os técnicos). Isto significa que o internado nunca se encontra só, mas que se insere num grupo de indivíduos na mesma situação. Revertendo para a Instituição estudada, esta é uma característica bem presente. Embora as situações de cada menor, a nível individual, sejam diferentes, pois “cada caso é um caso”, os menores, independentemente do delito cometido, estão internados em situação semelhante com os restantes (o que pode variar é o período de tempo de internamento).

- A sua vertente homogeneizante, visto estarem os internados “...sujeitos a um igual regime, a maioria das vezes, totalmente alheio a qualquer privacidade.” (Goffman, 1999:23). No Centro Educativo, todas as tarefas são regradas e são igualmente estabelecidos horários para as executarem.

- A normalização, pois até os mais insignificantes pormenores do quotidiano são regulamentados tendo em conta um único critério- o da cultura dominante. “Existência de um plano racional único para atender aos objectivos oficiais da instituição” (Goffman, 1999: 18). Tenta-se rotinizar a vida diária de forma a proporcionar um quotidiano estável e sem sobressaltos.

Carlos Medeiros e Mário Coelho acrescentam ainda uma quinta característica das Instituições Totais: o seu carácter estigmatizante, “...quer por a sociedade diferenciar os internados rotulando-os negativamente, quer por o próprio internado assumir (...) a sua diferença face ao «homem normal», quer ainda pela conjugação destes dois factores.” (Medeiros e Coelho, 1991: 23 e 24).

Um exemplo deste carácter estigmatizante reside no facto de os menores, quando nas saídas ao exterior, ao falarem com alguém estranho ao Centro Educativo, omitirem que estão internados numa Instituição de Reinserção Social, preferindo dizer que andam num *Colégio*, mas sem especificar que tipo de *Colégio* é. Esta reacção pode ser explicada pela atribuição de rótulos vigente na nossa sociedade, pois quem frequenta um *Colégio* é rotulado, muitas vezes, como uma pessoa com possibilidades económicas, com um determinado estatuto social, o que leva estes menores a valorizarem, de uma forma manipuladora, a sua identidade social.

Relativamente à população internada, esta é constituída por “Jovens do sexo masculino, com idades compreendidas entre os catorze e os dezoito anos; com origem em meios socialmente desfavorecidos; proveniência de famílias desorganizadas ou em ruptura; agentes de factos qualificados pela lei penal como crime; carência de interiorização de regras familiares e sociais, desinvestimento de projectos de vida; um forte absentismo escolar que prolonga, por vezes, por anos sucessivos e um atraso escolar...” (Carvalho, 1997:10).

Remetendo para o período em que a investigadora desempenhou tarefas como Técnica Profissional de Reinserção Social estagiária na Instituição aqui em análise (de Janeiro a Setembro de 2001), encontravam-se internados cerca de dezassete menores. A média de idades destes jovens afectos era de dezasseis anos (15,6). Em relação à zona de proveniência da maioria, em termos de local de residência, salientam-se os concelhos constituintes da Área Metropolitana de Lisboa (61,4%), seguindo-se a do Porto (15,9%), Faro (13,6%), dizendo respeito os restantes casos a situações oriundas de diferentes pontos (Aveiro, Évora, Madeira, Leiria). Relativamente à nacionalidade, 77,3% tinham nacionalidade portuguesa e os restantes estrangeira. A nacionalidade estrangeira predominante era a cabo-verdiana. Por nível de escolaridade, estavam três alunos no 1º Ciclo do Ensino Básico Recorrente, cerca de 47,7% frequentava o 2º Ciclo e 27,3% o 3º Ciclo.

III. O Mundo dos internados

O processo de internamento de menores em estabelecimentos tutelares passa por três fases: o estabelecimento da relação (que envolve o acolhimento do menor; o primeiro contacto deste com a Instituição; a definição das *regras* a cumprir...); a fase da intervenção, onde se definem as estratégias de modificação do comportamento; e por último, a fase da preparação para a saída, a preparação do menor para o confronto com a realidade exterior.

Ao entrar na instituição, o menor é *obrigado* a abandonar o papel social que desempenhava no exterior, pois este último é inaceitável para a Instituição. Dá-se um

desculturação, a *mortificação do eu*, que deixa de ser uma propriedade pessoal para se transformar num padrão de controlo social.

Perante tal, os internados tendem a desenvolver estratégias de resistência de forma a preservar o seu *eu* individual face ao *eu* institucional imposto. Goffman intitula estas estratégias de *ajustamentos primários e secundários*. Enquanto que as primeiras desenvolvem-se quando o indivíduo coopera com as actividades exigidas pela organização (aparentemente ou não) transformando-se num colaborador; as segundas estratégias consistem em “...qualquer disposição habitual pelo qual o participante de uma organização emprega meios ilícitos, ou consegue fins-não-autorizados, ou ambas as coisas, de forma a escapar daquilo que a organização supõe que deve fazer e obter e, portanto, daquilo que deve ser.” (Goffman, 1999:160). Um exemplo são os roubos entre os menores, o fumar às escondidas...

Podemos utilizar o termo *substituição* para designar a utilização de determinados artefactos com fins que não os destinados.³ Como salienta Goffman, só se pode explorar eficientemente um sistema quando o conhecemos profundamente. Assim, eram os menores que estavam internados há mais tempo na Instituição, aqueles que melhor desenvolviam os ajustamentos secundários e que melhor manipulavam as regras do Centro Educativo.

Goffman distingue três maneiras pelas quais um indivíduo pode utilizar bens ou serviços de outros: coerção particular, troca económica e intercâmbio social. A primeira maneira mencionada é particularmente utilizada pelos mais fortes para coagirem os mais fracos e obterem daí benefícios pessoais. A troca económica também é frequentemente utilizada, pois os menores compram objectos como roupa ou óculos de sol uns aos outros. Por último, o intercâmbio social consiste na interacção entre os menores, em que um defende ou ajuda o outro e depois pede algo em troca.

IV. O mundo dos supervisores

“Se o turno é de manhã, começo por acordá-los, obrigo-os a fazerem as camas, a fazerem a sua higiene oral e a tomar o pequeno-almoço. Entretanto vão para as aulas, depois das aulas tomam o seu almoço, depois do almoço vão para as oficinas. Se o turno é da tarde, eu entro com eles já nas oficinas, entretanto acabam as oficinas e poderão ir desempenhar

³ Alguns exemplos observados consistiram na utilização por parte dos menores de um pacote de leite dobrado que servia para destrancar as portas das divisões, ou o uso de uma embalagem de creme de barbear juntamente com um isqueiro para a fabricação de um maçarico artesanal cuja finalidade seria a de derreter as grades da janela do quarto.

qualquer actividade lá fora, no campo. Depois irão ver televisão, e a seguir a esta irão jantar. Depois do jantar irão para a televisão outra vez e cama!”⁴.

Embora o quotidiano dos monitores consista no relato atrás transcrito, a verdade é que a vida diária na Instituição é caracterizada por ser bastante inconstante e instável. A todo o momento surgem conflitos nos quais é necessário intervir.

Segundo Goffman, a “Contradição entre aquilo que a instituição realmente faz e aquilo que oficialmente deve dizer que faz, constitui o contexto básico da actividade diária da equipa dirigente.” (Goffman, 1999: 70). Isto é visível na relação monitor-internado. Os primeiros, para tentar conter os menores, põem muitas vezes em prática relações de domínio, de manipulação ou de sedução. Na relação de domínio predomina a violência do adulto perante a constante provocação do menor; a relação de manipulação consiste num acordo tácito entre o monitor e o internado, sem o conhecimento da direcção. A sedução corresponde à satisfação do pedido do jovem, com o objectivo de ter uma maior obediência por parte deste.

Como em qualquer instituição total, são desenvolvidos também *fins não-autorizados*, discretas manipulações do regulamento interno por parte dos seus funcionários. É importante salientar que nem sempre é fácil obter conhecimento sobre esses ajustamentos secundários, pois estes são ocultados tanto dos restantes monitores como da própria direcção.

Resta concluir com uma questão que resume a contradição que mais se evidencia no trabalho desenvolvido pelos Centros Educativos: “Até que ponto é que a privação da liberdade a que o indivíduo se encontra sujeito será, de facto, a melhor forma de o preparar para uma vida a gozar no futuro em liberdade, ou se este paradoxo não virá por si mesmo contribuir decisivamente para o acentuar de valores e atitudes da subcultura desviante do próprio indivíduo impedindo a sua completa ressocialização?” (Carvalho, 1999: 32). Será que as Instituições Totais, que internam universos desviantes, ao fechá-los ao mundo normalizado do exterior, contribuindo para a sua estigmatização, não estarão também a serem multiplicadoras desse desvio?

⁴ Excerto de uma entrevista realizada a um monitor desta instituição, in Marteleira, Joana (2002). *Análise de um Colégio de Reinserção Social com base no conceito de Instituição Total de Erving Goffman*. Seminário de Investigação: Departamento de Sociologia; Faculdade de Ciências Sociais e Humanas; Universidade Nova de Lisboa.

V. Considerações finais

Ao analisar o Centro Educativo seleccionado à luz do conceito de Instituição Total de Erving Goffman, podemos concluir que existe um despojamento psico-social do menor quando da sua entrada na instituição. É imposta toda uma nova rotinização da vida diária, que induz novos valores e perspectivas de conduta. Perante tal, o internado desencadeia estratégias de resistência com vista a preservar a sua identidade anterior.

O Centro Educativo analisado não revelou possuir um elevado grau de isolamento relativamente ao mundo exterior. O contacto com o meio envolvente é feito das mais variadas formas.

O processo de *estigmatização* não é de todo evidente. Embora os menores se tenham mostrado reticentes em dizer que se sentiam estigmatizados, ao entrevistá-los foi possível observar que estes evitam referir que se encontram internados na instituição quando no contacto com pessoas exteriores ao Centro Educativo.

Relativamente à interacção social accionada entre os internados, podemos concluir que esta não é muito intensa, sendo caracterizada tanto por conflitos como por ligações de solidariedade esporádicas com o objectivo de satisfazer interesses pessoais. Também a interacção social desenvolvida entre os menores e os monitores é instável, variando de caso para caso.

A interacção social dos monitores com os internados é boa, não dependendo do género dos monitores. Apesar desta diferenciação ser pouco expressiva, é evidente uma atribuição de determinados papéis tanto ao monitor-homem, como às monitoras. Cada técnico selecciona a estratégia de acção que considera melhor no relacionamento com os internados. Os ajustamentos secundários desenvolvidos pelos monitores também existem, embora sejam forçosamente omitidos, tanto dos menores, do Director, como dos restantes monitores.

Quanto aos *ajustamentos secundários* desenvolvidos pelos menores, estes existem e são diariamente accionados. Tendo em conta que estes são proibidos foi mais difícil observá-los, no entanto, quando questionados, dois dos três menores entrevistados afirmaram que realizavam práticas *não-autorizadas* no interior da Instituição.

A vigilância é permanentemente desenvolvida pelo Colégio, embora os menores consigam escapar facilmente ao seu controlo. Pode-se mesmo afirmar que quanto maior é o conhecimento que se tem do modo de vigilância da Instituição, maior é também a possibilidade de manipulá-la e de fugir ao seu controlo.

Relativamente aos monitores, a vida diária é considerada desgastante e pouco gratificante. Existe uma acentuada divergência entre os princípios de acção do Centro

Educativo e aquilo que realmente se faz. Talvez este facto se deva à recente entrada em vigor da Nova Lei Tutelar Educativa que produziu modificações ao nível da política de acção dos Centros Educativos.

Assim, podemos concluir que o Centro Educativo estudado é uma Instituição Total, ainda que nem todas as características o denunciem de modo manifesto. Espero com esta comunicação ter contribuído para aprofundar o conhecimento existente sobre este tipo de Instituições portuguesas. No entanto, importa não esquecer que o que foi aqui observado não deve ser generalizado pois, para além de remeter para um contexto espaço-temporal específico, cada Centro Educativo desenvolve a sua própria política de acção no processo de reinserção social dos seus internados.

Bibliografia:

- Carvalho, Maria João Leote de & outros (1997). “«Atelier da Palavra»- Projecto de Animação Sócio- Pedagógica no Colégio Padre António de Oliveira- Caxias”, in *Revista Infância e Juventude*, nº 4 (Outubro- Dezembro). Instituto de Reinserção Social: Lisboa, pp.9-71.
- Carvalho, Maria João Leote de (1999). “Um Passado, um Presente. Que Futuro?, Desvio e delinquência juvenis: aspirações e expectativas pessoais, escolares e profissionais de jovens em regime de internamento em Colégio do Instituto de Reinserção Social”, in *Revista Infância e Juventude*, nº4 (Outubro- Dezembro). Lisboa, pp. 9-148.
- Goffman, Erving (1999). *Manicômios, Prisões e Conventos*. Coleção Debates. Editora Perspectiva: São Paulo.
- Marteleira, Joana (2002). *Análise de um Colégio de Reinserção Social com base no conceito de Instituição Total de Erving Goffman*. Seminário de Investigação: Departamento de Sociologia; Faculdade de Ciências Sociais e Humanas; Universidade Nova de Lisboa.
- Medeiros, Carlos Laranjo & Coelho, Mário Baptista (1991). “Do Desvio à Instituição Total”, in *Do Desvio à Instituição Total. Subcultura - Estigma- Trajectos*, Projecto de Investigação dirigido por Carlos Laranjo Medeiros, nº 2 /89. Cadernos do CEJ. Ministério da Justiça: Lisboa, pp. 15-37.

Diário da República:

- Nº 215/99 (I-A), Assembleia da República **Aprova a Lei Tutelar Educativa.**
- Nº 292 (I-A), Assembleia da República **Aprova o Regulamento Geral e Disciplina dos Centros Educativos.**
- Nº 292 (I-B), Ministério da Justiça **Cria Centros Educativos e estabelece a sua classificação.**